

políticas agrícolas e patronato agroindustrial no brasil (1909-1945)*

agricultural policies and agroindustrial patronal authority in brazil (1909-1945)

Sonia Regina de Mendonça**

Universidade Federal Fluminense, Niteroi, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Os estudos sobre políticas agrícolas no Brasil tomam o movimento de 1930 como marco de sua gênese, secundarizando o papel do Ministério da Agricultura em sua promoção muito antes dele. Partindo de referenciais teóricos gramscianos, o trabalho demonstra que a análise das políticas agrícolas tampouco pode desconsiderar as entidades patronais agroindustriais existentes cujos distintos interesses, inscritos junto a essa Pasta, determinaram as linhas de sua atuação. Logo, o Ministério da Agricultura definiu e praticou grandes eixos de políticas agrícolas desde inícios do século XX, sofrendo algumas inflexões após 1930 perante a perda do monopólio da Sociedade Nacional da Agricultura sobre os quadros dirigentes ministeriais, aos quais foram incorporados porta-vozes da Sociedade Rural Brasileira, até então ausentes de sua composição política.

Palavras-chave: Políticas Agrícolas. Entidades Patronais Agroindustriais. Ministério da Agricultura.

ABSTRACT

Studies on agricultural policies in Brazil use to take the movement of 1930 as its genesis, minimizing the role of the Agriculture Ministry in its promotion long before the 30's. Starting from theoretical Gramsci, the work demonstrates that the analysis of agricultural policies can't also disregard existing agroindustrial patronal associations, whose distinct interests, inserted in that Office, determined the lines of its operations. Therefore, the Ministry of Agriculture has defined and practiced major axes of agricultural policies since the beginnings of twentieth century, which would only suffer some inflections after 1930, face the loss of the monopoly of the National Agriculture Society on the ministerial cadres, facilitating the incorporation of Brazilian Rural Society spokesmen hitherto absent of its political composition.

Keywords: Agricultural Politics – Agroindustrial Patronal Associations – Agriculture Ministry

* Submetido: 8 de outubro de 2012; aceito: 25 de janeiro de 2013.

** O trabalho é um resultado parcial de minha atual pesquisa em andamento, aprovada pelo CNPq como pré-requisito de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e intitulada “Estado, Políticas Públicas e Agricultura no Brasil (1930–1964)”. Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil; Pesquisadora I do CNPq. Email: srmendonca@uol.com.br.

Introdução

A questão das relações entre classes dominantes e Estado no Brasil há muito se constitui em objeto de minhas reflexões, mormente no que tange às suas frações agrárias/agroindustriais no decorrer do século XX¹. Uma problemática, em particular, tem sido por mim pesquisada sistematicamente: a dos mecanismos por cujo intermédio certos grupos de interesse agroindustriais de extração setorial e/ou regional distinta tem-se assenhoreado de determinadas agências da sociedade política (GRAMSCI, 2000: 11-109) ao longo do tempo, com ênfase para uma delas, o Ministério da Agricultura, objeto usualmente secundarizado pelos que se dedicam ao estudo das políticas agrícolas no Brasil do período.

Logo, o objetivo mais amplo deste estudo consiste, em primeiro lugar, em considerar, criticamente, a historiografia brasileira que aborda a temática das relações entre Estado, Classe Dominante e Agricultura, posto a elas contrapor uma abordagem alternativa. Em seguida, buscarei resgatar aspectos da história do Ministério da Agricultura e das políticas agrícolas por ele perpetradas na primeira metade do século, sob a perspectiva das disputas verificadas entre distintos segmentos de grandes proprietários/agroempresários pelo controle deste órgão, visando a nele inscrever suas demandas específicas, assegurando a complexidade da temática e sua própria riqueza enquanto objeto de estudo. É sobre a proveniência desses agentes que pretendo debruçar-me no trabalho, privilegiando a análise de seus representantes, projetos, pertinência a instituições classistas, bem como suas lutas no interior do próprio Ministério, as quais emprestaram materialidade a políticas agrícolas nem sempre afins, ainda que concomitantes.

O pressuposto aqui assumido é o de que analisar as políticas agrícolas implementadas pela Pasta da Agricultura brasileira na primeira metade do século XX implica iluminar o embate entre projetos formulados por distintas frações da classe dominante agrária/agroindustrial organizadas no âmbito da sociedade civil, cuja dinâmica e capacidade de articulação lhe assegurariam um maior ou menor poder de barganha em

¹ O investimento junto ao tema pode ser ilustrado a partir de alguns trabalhos como MENDONÇA, 1993; 1994; 1997; 1999; 2002; 2006; 2006-a; 2007; 2007a; 2010; 2010a; dentre outros.

prol da inserção de seus interesses junto a essa agência do Estado restrito, processo este altamente rico e em permanente redefinição.

Breves considerações historiográficas

Boa parte da literatura referente à temática das políticas agrícolas estatais no Brasil dedica-se, de modo geral, a estudá-las em sua atualidade, remetendo a períodos bastante recentes e voltando-se à investigação de, basicamente, três processos: a chamada “modernização da agricultura”, perpetrada pelo regime militar a partir da década de 1970 (ABRAMOVAY, 1999; DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1994; GRAZIANO, 1981, 1981a; IANNI, 1979; SORJ, 1982; dentre outros)²; o estudo da consolidação do agronegócio e/ou suas respectivas cadeias produtivas (CASTRO, 1996; 2002; FONSECA, 1993; NASCIMENTO, 2004; RAMOS, 2007; etc.) e, finalmente, a questão da agricultura familiar (BERGAMASCO *et alii*, 2003; WANDERLEY, 1989; WESZ JUNIOR, 2009, ; dentre outros). Outro destaque na historiografia especializada é a tendência em proceder-se à análise do objeto em seu sentido restrito, priorizando a relação entre Estado e investimentos setoriais específicos, tendo por “norte” a questão da eficácia dessas iniciativas (BESKOW, 1990; FONSECA, 1989; KAGEYAMA, 1990; dentre outros). Ademais, em sua quase totalidade, tais estudos são produzidos por sociólogos, economistas e antropólogos, com a participação assaz inexpressiva de historiadores³.

Além desses aspectos, no tocante a períodos referentes à primeira metade do século XX, os estudos existentes sobre as relações entre classe dominante agrária/agroindustrial, Estado e políticas agrícolas no país costumam situar o tema como parte do conjunto mais amplo de transformações suscitadas pela emergência, em inícios do século, do processo de industrialização numa sociedade de bases agrárias, o qual se vê acompanhado por uma revalorização do “mundo rural”, até então predominante. As raízes desse processo têm sido enquadradas pela his-

² Coletânea recente, organizada por Sergio Leite e intitulada *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*, por exemplo, é integrada por nove capítulos, **todos** eles dedicados às políticas agrícolas perpetradas no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

³ Uma das poucas e honrosas exceções, conquanto não trate diretamente da temática deste trabalho, são os trabalhos de LINHARES & SILVA, 1979 e 1981.

toriógrafia através, principalmente, de investigações sobre a expansão da cafeeicultura, origens da indústria ou imigração europeia, todas elas questões relativas à fração de classe hegemônica na sociedade brasileira, a grande burguesia cafeeira do estado de São Paulo (DEAN, 1971; MARTINS, 1973, 1978; SILVA, 1976; etc.).

Uma segunda modalidade de abordagem do tema, proeminentemente política, consiste em trabalhar os mecanismos da dita dominação oligárquica e do sistema coronelista (LEVINE, 1980; PANG, 1979; SCHWARTZMAN, 1975; WIRTH, 1982; etc.). Tendo a defesa da chamada *vocação eminentemente agrícola do país*⁴ consistido na palavra de ordem das demandas elaboradas pelos distintos segmentos da classe dominante agrária do período que inaugurou a chamada “transição brasileira ao capitalismo”, historiografia e história parecem confundir-se, naturalizando-se a apropriação que certos autores contemporâneos realizam de enunciados e avaliações produzidos pelos atores sociais situados nas quatro primeiras décadas do século.

Por essa razão, o pequeno conjunto de trabalhos que aborda a temática focalizada durante a primeira metade do século XX a ela se refere sem maior aprofundamento, destacando que, nesta quadra histórica, se alguma política agrícola realmente teria existido como o afirma Müller (1983), dizia respeito tão somente à valorização do café (no caso da 1ª República) ou então se vinculava ao período posterior a 1930, quando teriam “surgido” novas agências do Executivo incumbidas de gerir setores e/ou produtos agrícolas específicos (SOUZA, 1978). No geral, todavia, a quase totalidade dos estudos pesquisados situa a problemática das políticas agrícolas no bojo do processo de industrialização da agricultura brasileira em curso ao longo das décadas de 1960/70. Para todo esse conjunto de trabalhos, antes de 1930 teriam apenas ocorrido “arremedos” de políticas agrícolas, explicáveis quer por seu caráter pontual e supostamente efêmero, quer pelo evidente envolvimento do Estado com o projeto de implantação do capitalismo urbano-industrial no país.

Em toda a historiografia consultada emerge de modo inequívoco a completa ausência de estudos sobre a atuação do Ministério da Agricultura que, quando citado, é representado como agência estatal “inoperante” ou de “eficácia duvidosa”, sobretudo no tocante à chamada

⁴ Optei pelo *italico* como forma gráfica atribuída a toda e qualquer expressão de época.

“República Oligárquica” (MÜELLER, op. cit.). Quando algum destaque lhe é atribuído refere-se ao período pós-30, quando de sua suposta integração ao projeto de nacionalização das decisões econômicas característico do processo de redefinição do papel do Estado então em curso (DRAIBE, 1885). Assim, as cinco primeiras décadas do século XX são praticamente apagadas da memória histórica sobre as políticas agrícolas brasileiras, preservando os especialistas, como única exceção, as operações valorizadoras do café, onde a presença do Estado se fez necessária na contenção artificial de supersafras do produto (FAUSTO, 1975: 193-248). Igual silêncio recobre a história dos demais setores produtivos ou frações da classe dominante agroindustrial o que se explica, a meu juízo, pela própria hierarquia de temas e problemas que as Ciências Sociais se impuseram no Brasil, notadamente quando o que está em jogo é uma análise que contemple segmentos da classe dominante agrária menos envolvidos com o “polo dinâmico” da acumulação de capital no país: o assim chamado complexo cafeeiro paulista (CANO, 1977).

Os raros estudos que de fato se debruçam sobre as políticas agrícolas na primeira metade do século XX tratam-na a partir de dois eixos. Ora “descreve-se” o desempenho do(s) setor(es)-chave beneficiados pelas referidas políticas a partir da utilização de indicadores estatísticos (aumento ou diminuição de variáveis como produção, consumo interno, exportação, superfície ocupada, produtividade por hectare, importação de insumos etc.), ora “mede-se” a **eficácia** da ação pública a partir desses mesmos indicadores, como se a metodologia pudesse substituir as questões teóricas ou como se os autores se transformassem em “intérpretes” ou “árbitros” do êxito/fracasso das políticas agrícolas (BAER, 1977; PELAEZ, 1972; VILLELA; SUZIGAN, 1973). Ainda assim, predominam estudos sobre o período posterior a 1930, quando se passa a admitir a “real emergência” de uma política agrícola no país⁵.

Em tais análises parece subjazer um total alheamento para com uma, a meu ver, questão crucial para o estudo de qualquer política pública: a

⁵ Segundo um dos autores estudados: “Não obstante a base agrário-exportadora da economia brasileira, durante a República Velha o País caracterizou-se pela virtual ausência de estratégia agrícola global. (...) Se considerarmos o setor agrícola sem o café e o açúcar, praticamente inexistiram políticas voltadas para a agricultura (...). O quadro somente alterou-se substancialmente a partir de 1930” (MÜELLER, op. cit.: 305-6).

questão do Estado – sua conceituação, mecanismos de reprodução e inter-relação com as classes sociais, sobretudo as frações agroindustriais da classe dominante. Os limites decorrentes da ausência dessa discussão desembocam em uma noção naturalizada do que seja o Estado, tomado como “bloco” ou “sujeito”, vazio de agentes sociais portadores de interesses específicos, e de onde emanam, também “naturalmente”, políticas públicas em geral e agrícolas, em particular. Tem-se assim, à guisa de “Estado”, uma entidade que “paira” acima das forças sociais, sem ser por elas atravessado⁶, implicando, por extensão, que as próprias práticas estatais sejam isentas de conflitos e divergências de interesses.

Semelhante postura obscurece a visibilidade do Estado como uma relação social, logo, fruto do embate e da permanente medição de forças entre segmentos sociais organizados no âmbito da sociedade civil, com vistas a junto a ele inscrever seus porta-vozes e interesses. Tais procedimentos reduzem o Estado a um mero conjunto de aparelhos, agências e autarquias que dispensa tanto a análise da posição de classe dos agentes junto a eles envolvidos quanto das entidades junto às quais os segmentos sociais agroindustriais se aglutinaram e a partir das quais se mobilizaram pela estatização de seus interesses.

O Ministério da Agricultura: estado, classe dominante agrária e políticas agrícolas.

Visando contribuir para o avanço das pesquisas acerca das políticas agrícolas no Brasil, num registro diverso daqueles apresentados até o momento, privilegiarei o estudo de um organismo estatal específico, justamente aquele secundarizado pela historiografia enquanto objeto legítimo de investigação – o Ministério da Agricultura – analisando-o enquanto materialização institucional/estatal dos interesses de um movimento político organizado por “frações dominadas da classe domi-

⁶ Poulantzas contrapõe às visões mecanicistas acerca do Estado sua caracterização enquanto uma condensação das relações sociais derivadas do processo mais amplo da divisão social do trabalho. Para ele, o Estado não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas “como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela se expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado”. POULANTZAS, 1985: 147.

nante” agrária brasileira. Estas, articuladas em torno de uma agremiação da sociedade civil – a Sociedade Nacional de Agricultura – fundada em 1897, lutaram por aparelhar-se junto ao Estado de modo a imprimir-lhe a diretriz de uma política agrícola diversificadora, bem antes do movimento de 1930. Os desdobramentos históricos desse processo resultaram da redefinição dos grupos de interesse presentes junto à Pasta, sobretudo a partir de 1930, quando novos atores políticos foram a ela incorporados, determinando continuidades e descontinuidades em sua política, o que é de todo coerente com a visão do Estado enquanto relação em permanente dinâmica.

Resgatar o estudo do Ministério da Agricultura a partir da análise de seus quadros dirigentes, estrutura/reformas administrativas, distribuição interna de dotações orçamentárias, inserção de interesses em seu bojo e, por consequência, principais políticas agrícolas praticadas, torna-se fundamental como metodologia alternativa ao já criticado, uma vez que tais políticas são consideradas um espaço sociopolítico da expressão de conflitos e posições diferenciadas acerca das modalidades de intervenção sobre a agricultura, implicando a luta pela institucionalização estatal de interesses outros que não os da fração hegemônica. Somente dessa forma creio ser viável contribuir não somente para o conhecimento sólido dos canais efetivos de inter-relação entre Estado e Agricultura, como também dos instrumentos do aparelhamento de grupos de interesses agrários de origem diversa junto à sociedade política brasileira da primeira metade do século.

Estado, agricultura e sociedade na primeira República

A Abolição e a República foram marcos formais do coroamento de um processo de transformações estruturais por que passaram a economia e a sociedade brasileira desde o último quartel do século XIX, e que pode ser resumido na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Longe dos “freios” inibidores representados pela escravidão e pela centralização monárquica, a primitiva acumulação capitalista seria potencializada mediante a criação de condições objetivas para o aprofundamento da dita *vocação eminentemente agrícola do país* e seu correlato, a posição subordinada do país no seio da divisão internacional do trabalho. Esse conjunto de fatores não só reiterava a *vocação agrícola do país*, con-

ferindo nova vitalidade à produção de mercadorias de realização externa – particularmente o café – como também ratificava seu ponto nevrálgico: a intermediação comercial e financeira que, também externa, retirava da economia parte significativa do excedente produzido. Logo, o quadro global da vida econômica, política e social do período seria marcado por um equilíbrio instável, ao sabor das oscilações da cotação internacional dos principais produtos primários exportáveis e de políticas públicas pontuais voltadas à defesa da renda do principal segmento de proprietários – a grande burguesia cafeeira paulista.

Esse equilíbrio instável originaria um processo de “politização da economia” brasileira (REIS, 1985: 194-217) quando, face às dificuldades enfrentadas pela comercialização internacional de boa parte dos tradicionais gêneros de exportação do país – à exceção do café –, agravar-se-iam os conflitos entre distintos segmentos da classe proprietária rural/agroindustrial, em busca de melhores condições para a colocação de seus produtos. A alternativa para os agentes ligados aos mais diversos complexos agrários regionais – principalmente o açucareiro, o algodoeiro e o pecuarista, com base no Nordeste e Sul do país – seria a reconversão produtiva para o mercado interno, estimulando uma redistribuição espacial e/ou setorial da produção agrícola, bem como o acirramento das disputas no seio da própria classe dominante.

Nessa conjuntura, determinados segmentos da classe proprietária rural brasileira – particularmente aqueles ligados aos setores “menos dinâmicos” – inaugurariam uma reação cujo suporte residiria na hipervalorização do campo e da vida rural e na luta pelo controle do aparelho de Estado, conferindo ao exercício da hegemonia paulista um caráter bem menos monolítico do que a historiografia costuma apontar. Para tanto, deram origem a um movimento de caráter político-organizacional em torno da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)⁷, con-

⁷ A institucionalização dos interesses agrários no seio da sociedade civil progrediria após o turbulento período da consolidação republicana, quando do retorno dos civis ao controle do Estado. Da iniciativa dos chamados comícios agrícolas emergiria um grupo de 47 indivíduos que, reunidos em 1897, aprovariam o estatuto formal do grupo, instituindo a SNA na sede da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Seu paradigma seria a instituição homônima criada na França, onde o movimento de *retour à la terre* inaugurado por Jules Méline gozava, à época, de considerável reconhecimento, sobretudo por traduzir-se numa modalidade de reação à depressão dos preços agrícolas pela via protecionista.

figurando um projeto contra-hegemônico no próprio interior da classe dominante agrária brasileira do período.

Além de constituir-se numa entidade de classe de expressão nacional, a SNA guardou como principal característica em toda a 1ª República a ausência de representantes da grande burguesia paulista junto a seus quadros dirigentes. A análise da composição de suas Diretorias e Conselhos é altamente reveladora dessa assertiva⁸, merecendo relevo, por outro lado, a participação maciça de representantes dos complexos agrários do eixo Sul/Nordeste, com ênfase para pecuaristas, cotonicultores e produtores de gêneros para o mercado interno. O estudo de suas principais instâncias deliberativas entre 1897 e 1930 demonstra esse caráter de uma associação de classe contraposta à grande burguesia de São Paulo, configurando um **eixo alternativo de poder** no âmbito da sociedade civil, que pode ser referendado pelo teor das propostas veiculadas pela entidade, em muito distintas das reivindicações e bandeiras dos grandes proprietários paulistas. A SNA objetivou, de imediato, dois tentos: a multiplicação de novas entidades de classe por todo o país⁹ e a recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), de modo a permitir o aparelhamento de seus principais membros junto à sociedade política, no que foi vitoriosa somente em 1909, quando da instalação da Pasta. Uma vez criado, o MAIC teria a maioria dos cargos de seu primeiro escalão preenchidos por integrantes da SNA.

Duas seriam as principais demandas da Sociedade: a) a diversificação agrícola para o mercado interno; b) a chamada *modernização da agricul-*

⁸ A análise conjunta dos integrantes das Diretorias Geral e Técnica da SNA demonstra tanto a nítida preponderância de proprietários fluminenses dos mais variados setores em sua composição quanto a ausência de articulações flagrantes com a grande burguesia paulista, registrando-se a presença de apenas um proprietário oriundo desse estado – Augusto Ramos – e assim mesmo enquanto porta-voz do Plano de Defesa da Produção Açucareira de 1911. O caráter de agremiação estruturadora das demandas de grupos de proprietários “secundários” ligados à agricultura para o mercado interno fica patente da amostra estudada onde, além da liderança fluminense, destaca-se a participação de nordestinos e gaúchos. MENDONÇA, 1997: 196-199.

⁹ Quanto a este aspecto, a SNA conseguiu efeitos imediatos, patrocinando intensa campanha em prol da fundação de entidades congêneres sob seu comando, chegando a enviar missões a quase todas as unidades da federação de modo a constituir sociedades filiais. Assim, se em 1899 havia no Brasil 81 agremiações do gênero, em 1908 este total passaria para 188, em sua maioria na qualidade de “sociedades filiais” da SNA. MENDONÇA, 1997: 93.

tura pela difusão do ensino técnico e da mecanização. Para atingir seus objetivos, a SNA definiu como estratégias de ação a propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante; a prestação dos mais variados serviços aos associados; e, finalmente, sua progressiva afirmação como instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos. Fundamental para a compreensão desse projeto é reiterar o fato de as principais lideranças da agência não provirem da grande burguesia de São Paulo, mas sim dos que a ela visavam contrapor outra proposta “modernizadora”, conquanto partilhando de certos pressupostos gerais comuns. Ainda que fosse admitido o papel essencial da cafeicultura na sustentação da *fortuna pública* a luta pela ampliação quantitativa e qualitativa de todos os setores da produção agrícola se impunha como fator da unidade política e discursiva da entidade, contrapondo-se à *sampaulização* progressiva do país¹⁰. A insistência com que a SNA representava a agricultura em estado de abandono e desproteção, se comparada à indústria, instituía o Estado como agência coadjuvadora do processo de modernização a cumprir-se, daí o papel-chave para o grupo, do Ministério da Agricultura.

A articulação entre a SNA e o MAIC pode ser ilustrada a partir da análise dos titulares da Pasta na 1ª República, lembrando que nove deles, após 1913¹¹, foram, à exceção de um¹², não apenas grandes proprietários de diversas extrações setoriais/regionais, como diretores ou presidentes da entidade¹³. Ademais, é digno de nota que 30% dos ministros tenham

¹⁰ O termo destacado por Saliba refere-se ao cerne do projeto de nova civilização agrícola elaborado e divulgado pelo ministro e cafeicultor paulista Cincinato Braga, lídimo porta-voz dos interesses da grande burguesia do Estado. Sua meta era “ignorar ou desprezar as virtualidades do ‘mercado interno’ e seu papel na economia do país”, levando a cisões políticas de peso entre as frações agrárias da classe dominante, mormente na década de 1920. SALIBA, 1983: 29-30.

¹¹ Demarcamos o ano de 1913 como o fim do chamado “interlúdio paulista”, i.e., período em que os três primeiros titulares da Pasta provieram de São Paulo, como uma imposição de sua bancada na Câmara, na barganha pela implantação definitiva do Ministério.

¹² O único ministro não vinculado ao quadro de diretores da SNA foi o fazendeiro fluminense e ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro (1910-13) Manoel Queiroz Vieira o qual, entretanto, filiava-se às hostes de seguidores do ex-presidente Nilo Peçanha.

¹³ Esses foram os casos do estancieiro e rizicultor gaúcho Ildefonso Simões Lopes, do usineiro baiano Miguel Calmon Du Pin e Almeida e do pecuarista do Rio Grande

sido, além de dirigentes da SNA, porta-vozes dos complexos agrários nordestinos (MENDONÇA, 1997: 192), sem mencionar que todo o primeiro escalão do Ministério, integrado por três diretorias gerais e dezenove serviços, contou com 50% de seus postos preenchidos por dirigentes da SNA (Cf. Quadro I).

Quadro I – MAIC – Integrantes dos principais serviços (1912, 1921, 1927)			
SEÇÕES	1912	1921	1927
DIRETORIA GERAL	Manoel R. Peixoto (*) (Bach/RJ)	Francisco Dias Martins (*) (MD, Faz., CE)	Francisco Dias Martins (*) (MD - Faz. - CE)
SERV. POVOAMENTO	Silvino Faria	Dulphe Pinheiro Machado* (Eng. - Faz - RJ)	Dulphe Pinheiro Machado* (Eng. - Faz - RJ)
SERV. FOMENTO AGRÍCOLA	Francisco Dias Martins* (MD -Faz. - CE)	Arthur MagarinosTorres Filho* (Agron. - Faz -RJ)	Arthur Magarinos Torres Filho* (Agron. - Faz -RJ)
SERV. VETERINARIA	Alcides Rocha Miranda (Md. - DF)	-	-
SERV. PROT. INDIOS	Cândido Rondon * (Eng. - Mil. - MT)	Rondon* / Luiz Horta Barbosa (Eng.- Mil.)	Rondon* /José B. Cavalcanti* (Eng. - Mil) / (Bach.- Usineiro- PE)
SERV. METEOROL..	Henrique Morize* (Eng. - França)	Joaquim Sampaio Ferraz (Eng. - MG)	-
SERV. INFO . DIVULG.	Afonso Ferreira Costa (Bach. - PE)	Afonso Ferreira Costa (Bach. - PE)	Afonso Ferreira Costa (Bach. - PE)
ESCOLA SUP. AGRIC.VETERIN.	Gustavo D'Utra* (Agron. - BA)	Paulo Parreiras Horta* (Med. - Faz - DF)	Artidônio Pamplona (Med. - AL)
SERVIÇO DA IND. PASTORIL	-	Alcides da Rocha Miranda* (Med. - DF)	Paulo Parreiras Horta* (Med. - DF)
INSTIT. BIOL. DEFESA AGR.	-	Carlos Moreira * (Agron. - Faz -MG)	Hannibal Porto* (Agron. - Faz - RJ)

do Sul Geminiano de Lyra Castro, respectivamente os três últimos presidentes da Sociedade antes de 1930.

Quadro I – MAIC – Integrantes dos principais serviços (1912, 1921, 1927)			
SERVIÇO. EXPURGO CEREAIS	-	Hannibal Porto* (Agron. - Faz -RJ)	Hannibal Porto* (Agron. - Faz -RJ)
SERVIÇO DE SEMEANTEIRAS	-	Francisco Assis Iglésias* (Agron. - SP)	Francisco Assis Iglésias* (Agron. - SP)
SERVIÇO DO. ALGODÃO	-	William W. Coelho de Souza * (Agron/ESALQ - MA)	Francisco Alves Costa*
JARDIM BOTÂNICO	Antonio Pacheco Leão* (Med. - RJ)	Antonio Pacheco Leão* (Med. - RJ)	Antonio Pacheco Leão (med. - RJ)
INSTITUTO DE QUÍMICA	Mário Saraiva* (Md/Agron - BA)	Mário Saraiva* (Md/Agron. - BA)	Mário Saraiva* (Md/Agron. - BA)
DIRETORIA GERAL	José Soares Filho* (RJ)	Raymundo Araújo Castro (Bach. - MA)	Francisco Coelho
SERV.GEOL/ MINERALÓGICO.	Orville Derby (Geólogo - França)	Luiz Gonzaga Campos (Eng. - MA)	Euzébio de Oliveira (Eng.)
JUNTA COMERCIAL	Isidoro R. Campos* (Eng. - Faz -PE)	Isidoro R. Campos* (Eng. - Faz -PE)	Isidoro R. Campos* (Eng. - Faz - PE)
JUNTA CORRETORES	João Severino Silva (Bach. - BA)	João Severino Silva (Bach. - BA)	Joaquim Tássara
DIRETORIA ESTATÍSTICA	Francisco R. Silva (Dep. - MG)	José Bulhões de Carvalho (Med. - RJ)	José Bulhões de Carvalho (Med. - RJ)
DIRETORIA GERAL	Mário Barboza Carneiro* (Bach. - RJ)	Mário Barboza Carneiro* (Bach. - RJ)	Mário Barboza Carneiro* (Bach. - RJ)

Fonte: MAIC, 1912-33 (*) Membros da SNA

O caráter do Ministério da Agricultura como articulador de uma proposta contra-hegemônica de política agrícola também pode ser aquilatado a partir de duas variáveis. Em primeiro lugar, a distribuição interna de seus (parcos) recursos orçamentários que, até 1930, destinaram-se, em ordem decrescente de grandeza, aos Serviços de Indústria Pastoral, Povoamento, Fomento Agrícola e Ensino Agrônomico, cuja participação média no total das despesas ministeriais foi da ordem de 16,5%, 15,3%, 9,7% e 8,0%, respectivamente¹⁴. Esses dados, cotejados com o

¹⁴ Id. Ibid.: 219.

discurso veiculado através do órgão, corroboram sua diretriz diversificadora e seu engajamento no atendimento às demandas pelo controle/qualificação da força de trabalho esboçadas pela SNA. Já no tocante às práticas perpetradas pelo órgão, destacaram-se aquelas dirigidas ao amparo técnico-científico de segmentos bastante específicos – setorial e geograficamente – beneficiando, no primeiro eixo, os complexos açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero, e no segundo, aqueles situados no Nordeste, Rio de Janeiro e Sul, mediante a criação de repartições destinadas ao fortalecimento dos setores agrários que promoveram a implementação do Ministério, como o Serviço do Algodão, por exemplo¹⁵.

Imbricava-se a tais práticas a ampliação da presença do Estado junto ao espaço agrário, já que a maioria das instituições então criadas seria implantada em quase todas as unidades da federação, prenunciando a nacionalização da política agrícola cabalmente perpetrada no pós-30. Seu maior exemplo consistiu no caso das Inspetorias Agrícolas, estabelecidas uma por estado, verdadeiros elos de intermediação entre produtores locais e o Ministério e responsáveis pela implementação local das diretrizes da Pasta¹⁶. Além destas, seriam instaladas delegacias regionais

¹⁵ A criação de tal tipo de repartições remete ao fortalecimento dos grupos agrários que promoveram a implantação do MAIC, ocorrendo, em sua maioria, após o término do “interlúdio paulista”. O Serviço do Algodão, fundado em 1915 e transformado, posteriormente, em superintendência, é um dos melhores exemplos dessa posição, lembrando que suas primeiras sedes localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, multiplicando-se por todo o Nordeste em fins do período, com o fito de prestar assistência a cotonicultores dos complexos nordestinos, já prejudicados pelas pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas que desenvolvia uma nova espécie de fibra alternativa àquelas oriundas do Nordeste. MENDONÇA, 1993: 24.

¹⁶ Através do Serviço de Fomento Agrícola, criado em fins da década de 1910, o Ministério distribuiria – a preço de custo ou gratuitamente – sementes, mudas e trabalhos especializados para todos os que se inscrevessem junto ao Registro de Lavradores e Criadores do órgão. Além disso, através das Inspetorias Agrícolas de cada estado, emprestaria máquinas para proprietários de menor porte, desde que acompanhadas pelos técnicos ministeriais. Outra modalidade de prestação de assistência técnica desenvolvida pelo MAIC foi o estabelecimento dos campos de cooperação, muito mais afetos aos grandes proprietários. Mediante contrato com o Ministério, os proprietários cediam de três a cinco hectares de suas terras para as demonstrações solicitadas, recebendo em troca disso os implementos e técnicos necessários à experiência. Como se vê, o MAIC colocava-se a serviço da grande propriedade no próprio espaço das unidades produtivas, ficando seu pessoal e equipamento pelo

de algumas superintendências – como as do Algodão, Cacau ou Sementes – espraiando a esfera de atuação e controle do Estado em matéria de agricultura, uma vez que aos produtores beneficiados por qualquer serviço eram impostas sanções como seu cadastramento obrigatório junto ao órgão. Malgrado a bandeira de uma reciclada *vocação eminentemente agrícola do país* tenha servido de justificativa para a implantação dessa agência do poder público federal, a modernização pretendida pelos segmentos junto a ela representados por certo não chegaria a nuclear uma política agrícola efetivamente nacional, embora a renunciasse. Logo, o período posterior a 1930 não corresponde, como muitos o supõem, a uma ruptura ou mesmo ao “nascimento” de uma política agrícola brasileira (MÜELLER, op. cit.), mas sim à continuidade de um projeto e de um conjunto de práticas. O deslocamento da grande burguesia paulista do epicentro do poder e a conjuntura internacional altamente desfavorável à maioria dos tradicionais produtos da pauta de exportações agrícolas brasileiras – sobretudo o café – desde 1929 até inícios da Segunda Grande Guerra imprimiriam reordenações políticas ao permanente processo de construção do Estado. E o Ministério da Agricultura e Comércio não estaria imune a elas.

Política Agrícola, conflitos de classe e nacionalização de decisões no Pós-30

Ainda nos marcos do governo provisório do imediato pós-30 um grande rearranjo administrativo foi efetivado junto à sociedade política brasileira, respondendo às demandas das forças envolvidas com o golpe e originando dois novos Ministérios: o da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio. O antigo MAIC ficava restrito apenas às questões da agricultura propriamente dita, ainda que, ao abrigar uma Diretoria da Produção Mineral, continuasse atuando junto às pesquisas geológicas, hidrográficas e petrolíferas¹⁷. Apesar dessa aparente “descon-

tempo necessário às operações acordadas. Entre 1919 e 1920, beneficiaram-se com campos de cooperação, sobretudo proprietários mineiros, cearenses e fluminenses, com respectivamente 34,5%, 11% e 8,5% dos campos contratados. MENDONÇA, 1997: 209.

¹⁷ Cf. Decretos-Lei N 22.338, 22.380, 22.416, 22. 419 e 22. 506/9, respectivamente datados de 11, 20, 30 e 31 de janeiro de 1934 e de 27 de fevereiro de 1934, que dão

tinuidade” administrativa, as grandes linhas de atuação do agora Ministério da Agricultura (MA) não sofreriam alterações estruturais. O que se verificou, a princípio, foi o aprofundamento das tendências esboçadas no período anterior, como a intensificação da política diversificadora e o incentivo à tecnicização da produção¹⁸. A principal diferença residiria, a meu ver, no contexto histórico específico em que as mesmas modalidades de intervenção se recolocavam, conferindo-lhes nova qualidade.

Assim, se os eixos acima citados presidiram as práticas ministeriais até então – atendendo às demandas do que poderíamos chamar de “frações dominadas da classe dominante agrária” – agora, na conjuntura mundial inaugurada pela crise de 29, todo esse quadro se agudizava. A crise crônica dos preços do café colocava em pauta um novo fator: a necessidade de comprimirem-se as importações, tornando mais urgente a intervenção estatal enquanto mediadora de conflitos intra-classe dominante. Logo, a diversificação produtiva deixava de ser uma alternativa para complexos agrários “menos dinâmicos” para constituir-se em “questão nacional”, construída à sombra de *déficits* da Balança Comercial a serem minimizados, o que equivale a sinalizar certa ascendência da indústria brasileira enquanto mercado consumidor preferencial para a agricultura, implicando a subordinação desta àquela.

Inaugurava-se, no novo rearranjo do Estado brasileiro do pós-30, a prática da criação de autarquias especializadas em ramos ou setores produtivos¹⁹ que, vinculadas diretamente ao Executivo, transformavam-se em instrumentos de absorção dos conflitos intraclasse dominante pelo próprio Estado e veículos da nacionalização de decisões econômicas, superando o regionalismo típico do período anterior (DRAIBE, op. cit.). Malgrado essas novas agências implicarem, no caso daquelas voltadas para setores agrícolas, espaços fora da alçada do Ministério da Agricultura, este continuaria a deter uma importância estratégica no pós-30, enquanto *locus* definidor dos parâmetros gerais da política agrícola, encarregado de articular grupos e frações conflitantes, sobretudo porque, de “versão estatizada” da SNA, o MA passaria, forçosamente, a contar com

conta da reforma administrativa empreendida por Juarez Távora. BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil* (doravante CLB), 1934.

¹⁸ BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura* (doravante RMA), 1932–1945, passim.

¹⁹ Esses seriam os casos do Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Mate, Instituto do Pinho, Instituto do Sal etc. A esse respeito ver SOUZA, op. cit.: cap. 5.

novos atores/agregações de classe em seus quadros. Dentre eles destacam-se as entidades de classe da grande burguesia cafeeira paulista – politicamente derrotada em 1930 e no movimento de 1932 – às quais era preciso prestar alguma satisfação política, sobretudo após a implantação da ditadura Estadonovista em 1937. Logo, a configuração de forças no seio do Ministério passaria por redefinições.

Essas mudanças – a despeito de implicarem a incorporação de porta-vozes da Sociedade Rural Brasileira aos quadros ministeriais – não significaram, todavia, nem o abandono, nem a ruptura com a tendência diversificadora/modernizadora adotada desde 1909, mas tão somente o seu redirecionamento. Nesse sentido, três eixos de ação acrescentaram-se às políticas agrícolas da Pasta no pós-30: a) a padronização obrigatória dos produtos agrícolas destinados à exportação – o que significa uma redefinição do destino da própria diversificação agrícola; b) a centralização das diretrizes da pesquisa agrícola, com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica (CNEPA) e, finalmente; c) a total centralização das decisões de política agrícola, mediante a subordinação dos órgãos estaduais gestores da agricultura diretamente ao Ministério²⁰.

Por trás desses novos eixos de ação encontravam-se profundas reformas administrativas sofridas pelo Ministério entre 1933 e 1945, reflexos da nova correlação de forças vigente em seu interior. A primeira, levada a cabo pelo ministro Juarez Távora, “revolucionário histórico”²¹, teve como escopo reordenar os Serviços e Diretorias autônomos herdados

²⁰ Um dos exemplos mais tumultuados deste tipo de acordo foi aquele que envolveu a subordinação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) de São Paulo ao Ministério. Tendo à sua frente o agrônomo esalquiano Luiz Amaral, ferrenho opositor da intervenção do Ministério da Agricultura junto à agricultura em geral e às cooperativas agrícolas, em particular – posto considerar a matéria da competência dos executivos regionais – Amaral moveria, entre 1931 e 1938, intensa campanha de oposição ao Ministério, somente encerrada quando de sua exoneração do cargo, justamente mediante o convênio de 1938, que transformou a agência numa delegacia regional do MA. Cf. MENDONÇA, 2002: 80–3.

²¹ A nomeação do ex-tenente dos movimentos da década de 1920, revolucionário histórico do movimento de 30 e porta-voz das oligarquias tradicionais do Nordeste, Juarez Távora, para o Ministério da Agricultura, teria significado a incorporação de um quadro dirigente experiente do governo provisório, expoente liderança do Clube 3 de Outubro, nome estratégico para a consolidação das alianças políticas com aquela região, com vistas à Assembleia Nacional Constituinte. Cf. SILVA, 1968: 64.

da República Velha, reagrupados, a partir de 1934, em torno de três departamentos centralizados: o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Além deles foram criadas três novas diretorias estratégicas para a atuação imprimida pelo Ministro junto à Pasta: a Diretoria de Organização e Defesa da Produção – encarregada da cooperativização agrícola, cerne da política agrícola em sua gestão; a Diretoria de Estatística da Produção – presidida pelo princípio de que “conhecer é controlar” (RMA, 1934: 27); bem como a Diretoria de Expediente e Contabilidade (RMA, 1933-34: 5 e ss). Segundo ele, coerentemente com as propostas militares do Clube 3 de Outubro a defesa do chamado *dirigismo econômico* era imperiosa, uma vez que “*constitui crime de lesa pátria o destemor e o descaso com que tem sido legada a plano secundário o conjunto da administração nacional. Urge que reajamos contra este verdadeiro saque às riquezas naturais do país*” (Id., *ibid.*: 18).

Não é demais recordar que Távora buscava influenciar o processo de convocação à Constituinte lançando mão de duas “táticas”: o favorecimento de sua base política – o Nordeste – e o enfrentamento de seus “inimigos” de véspera: os constitucionistas paulistas. Seria também a Reforma Távora responsável pela inauguração da prática dos “acordos” com administrações estaduais, transformadas em sucursais do Ministério, a despeito da resistência de muitas delas. Os conflitos políticos assim aguçados teriam como atenuante a incorporação de representantes da grande burguesia paulista junto aos quadros de primeiro escalão do Ministério da Agricultura, como o demonstra o Quadro II²².

²² Vale citar, por exemplo, o caso de Edmundo Navarro de Andrade – Secretário de Agricultura do Estado entre 1930-31, dirigente da Sociedade Paulista de Agricultura e sócio da SRB – indicado para a Diretoria Geral de Agricultura do DNPV entre 1933-34; o exemplo do ex-diretor e catedrático da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Arsene Puttermans, nomeado em 1934 para o Instituto de Biologia Vegetal do mesmo Departamento ou ainda o caso de Carlos de Souza Duarte, titular do importantíssimo Serviço de Fomento da Produção Vegetal entre 1935-39 e que fora diretor da Sociedade Paulista de Agricultura e ministro interino da Pasta após a nomeação de Fernando Costa como interventor do estado de São Paulo.

Quadro II – MA: integrantes dos principais serviços (1933-1943)				
SEÇÕES	1933-34	1935-36	1937-39	1941-43
1 – DNPV				
1.1 Diretoria Geral	Antonio A Câmara* (Agron./ESAMV-DF)	Humberto Bruno (Agron./ESAMV-DF)	Francisco Magarinos Torres* (Agron.-RJ)	Arthur Magarinos Torres Filho* (Agron./RJ)
1.2 S.F.P.V.	Francisco Alves Costa* (Agron./ESAMV-RS)	Carlos Souza Duarte** (Agron./Esalq-SP)	Carlos Souza Duarte** (Agron./Esalq-SP)	Oscar Espinola Guedes* (Agron./ESAMV-PE)
1.3 S.P.T.	João Maurício Medeiros (Agron./Esamv)	Alpheu Domingues* (Agron./Esamv-PB)	Alpheu Domingues* (Agron./Esamv-PB)	-
1.4 S.I.C.	Archimedes L. Câmara* (Agron./Esamv-DF)	Paschoal Vilaboim* (Eng-BA)	-	José Oliveira Marques* (Agron.-RJ)
1.5 S.F.C.F.	-	-	Álvaro Simões Lopes* (Agron./Esamv-RS)	Álvaro Simões Lopes* (Agron./Esamv-RS)
1.6 D.E.A.	Álvaro Simões Lopes* (Agron./Esamv-RS)	Bemvindo Novaes* (Agron./Esamv-Dir. ENA-DF)	Newton Belleza* (Agron./ENA-MA)	Newton Belleza* (Agron./ENA-MA)
1.7 I.B.V.	Arsene Puttermas** (Prof. Esalq-Belga)	Ângelo Costa Lima* (Agron./Esamv-DF)	Paulo Campos Porto (Agron.-RJ)	-
1.8 S.F.	Eduardo Cláudio Silva* (Agron./Esamv-RJ)	José E. Dias Martins** (Agron./Esalq-SP)	-	-
1.9 D.I.P.O.V.	Antonio Magarinos Torres* (Agron./ENA-RJ)	Antonio Magarinos Torres* (Agron./ENA-RJ)	Newton Barcelos Fagundes (Agron.-RJ)	-
2 – D.N.P.A.				
2.1 Diretoria Geral	Guilherme Hemdsdorff* (Agron./Esamv-RJ)	-	Landulpho Almeida* (Agron.-PE)	Landulpho A. Almeida* (Agron.-PE)
2.2 I.B. A	Argemiro Oliveira (Agron.-BA)	Argemiro Oliveira (Agron.-BA)	-	-
2.3 D.I.P.O.A.	Belisário Távora (CE)	Henrique Blanc Freitas* (Agron./Esamv-RJ)	Henrique Blanc Freitas* (Agron./Esamv-RJ)	Henrique Blanc Freitas* (Agron./Esamv-RJ)
3 – D.N.P.M.				
3.1 Diretoria Geral	Avelino Oliveira* (Eng-MG)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv- MG)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv- MG)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv- MG)
3.2 S.G.	Euzébio P. Oliveira (Eng-MG)	Gerson Faria Alvim* (Eng.-MG)	-	-

Quadro II – MA: integrantes dos principais serviços (1933-1943)				
3.3 S.A.	Francisco Magarinos Torres* (Faz/RJ)	Francisco Magarinos Torres* (Faz/RJ)	-	-
4 D.G.P.	Eduardo Navarro Andrade** (Agron./Faz-SP)	Domingos Fleury Rocha* (Agron./ENA-PB)	Extinta	extinta
5 C.N.E P.A.	-	-	José Mello Morais** (Agron./Dir. Esalq-SP)	Heitor S. Grillo* (Agron./Vet/Esamv-PR)
5.1 I.O.	José Freitas Machado* (PB)	José Hasselman (Md-BA)	João Maurício Medeiros (Agron./Esamv)	-
5.2 E.N.A.	Artidônio Pamplona* Cândido Mello Leitão* (Agron./Esamv-DF)	Bemvindo Novaes (Agron./Esamv-DF)	Heitor Silveira Grillo (Agron./Vet/Esamv - PR)	Waldemar Raythe* (Agron./Esamv-RS)
5.3 E.N.V.	Heitor Silveira Grillo* (Agron./Vet/Esamv-PR)	Heitor Silveira Grillo (Agron./Vet/Esamv -PR)	Octávio Dupont* (Vet/Esamv-RJ)	Francisco Paula Machado (Vet/Esamv-RJ)
5.4 E.N.Q.	Arthur do Prado (Agron./Esamv)	Arthur do Prado (Agron./Esamv)	Mário Saraiva* (Agron./Esamv-BA)	Mário Saraiva* (Agron./Esamv-BA)
6 S.E.R.	-	-	Arthur Torres Filho* (Agron./Esalq-RJ)	José Arruda Albuquerque (Agron./Esalq-SP)**
6.1 D.P.C.	-	-	Fábio Luz Filho* (Agron./Esamv-DF)	Fábio Luz Filho* (Agron./Esamv-DF)
7 S.F.	Alpheu Domingues* (Agron./Esamv-PB)	-	-	Alpheu Domingues* (Agron./Esamv-PB)
8 S.I.A.	Raphael S. Xavier (Agron.-PB)	Raymundo Fernandes Silva* (Faz-PI)	-	Atagyba Barçante** (Agron./Esalq-SP)

Fontes: MA. 1933-4 e 1943; MA. Boletins, 1933-43; BRASIL, 1960; SÃO PAULO, 1970.

Legendas: DNPV - Diretoria Nacional da Produção Vegetal; SFPV - Serviço de Fomento da Produção Vegetal; SPT - Serviço de Plantas Têxteis; SIC - Serviço de Imigração e Colonização; SFCE - Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas; DEA - Departamento de Ensino Agronômico; IBV - Instituto Biológico Vegetal; SF - Serviço de Fruticultura; DIPOV - Departamento de Inspeção da Produção de Origem Vegetal; DNPA - Departamento Nacional da Produção Animal; IBA - Instituto Biológico Animal; DIPOA - Departamento de Inspeção da Produção de Origem Animal; DNPV - Departamento Nacional da Produção Mineral; SG - Serviço Geológico; SA - Serviço de Águas; DGP - Diretoria Geral de Pesquisas (criada em 1933 e extinta em 1938); CNEPA - Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica (criado em 1938); IO - Instituto de Óleos; DODP - Diretoria de Organização e Defesa da Produção (criada em 1933 e extinta em 1938); DC - Diretoria de Cooperativismo; SER - Serviço de Economia Rural (criado em 1938); DPC - Departamento de Propaganda Cooperativista; ENA - Escola Nacional de Agronomia; ENV - Escola Nacional de Veterinária; ENQ - Escola Nacional de Química; SF - Serviço Florestal; SIA - Serviço de Informação Agrícola.

(*) Membro da S.N.A. (**) Membro da SPA e/ou SRB.

Como se percebe, uma recomposição dos grupos de interesse agrários começava a processar-se junto ao MA, deixando de ser uma agência exclusivamente monopolizada pela SNA e adaptando-se ao processo de reformatação do Estado brasileiro.

A segunda reforma ministerial de monta ocorreu entre 1938-39, na gestão do perrepesta histórico, agrônomo esalquiano, ex-secretário de Agricultura de São Paulo (1924-30), presidente do Departamento Nacional de Café (1935-36), fazendeiro e industrial do ramo têxtil, além de sócio da SRB, Fernando Costa. A indicação de Costa para o Ministério demonstraria a importância estratégica assumida pela incorporação de porta-vozes da grande burguesia paulista ao processo de redefinição da correlação de forças políticas vigente no governo Vargas. Mais do que nunca o MA veria aprofundado seu papel de articulador/minimizador das tensões intraclasse dominantes. Em contrapartida, os novos grupos inscritos na materialidade do Estado conseguiriam fazer valer algumas de suas demandas o que, no caso da Pasta da Agricultura, traduzir-se-ia numa política de padronização de produtos agrícolas exportáveis – redirecionando a proposta de diversificação agrícola para o mercado interno derivada da SNA –, e no patrocínio à pesquisa agrícola “de qualidade”, num óbvio transplante de experiências desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura de São Paulo para o órgão Federal (ALBUQUERQUE, 1982).

Assim, teve-se como fundamento da reforma Fernando Costa a criação de novos órgãos que assegurariam ao ministro o controle direto sobre áreas de atuação requalificadas como prioritárias, como nos casos do CNEPA²³, do Serviço de Publicidade Agrícola (SPA) – transformado, em 1940, no Serviço de Informação Agrícola (SIA), que operou em íntima conexão com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na produção de material de difusão, inclusive filmográfico (RMA, 1940: 56 e RMA, 1942: 90) e do Serviço de Econo-

²³ Estiveram subordinados ao CNEPA: o Departamento de Ensino Agrônomico, o Instituto de Química Agrícola, o Instituto de Experimentação Agrícola e o Instituto de Ecologia Agrícola, acrescidos, após 1940, ainda sob a mesma gestão, do Instituto Nacional de Óleos, do Laboratório Central de Enologia, do Laboratório Central de Fibras, do Instituto de Fermentação e do Instituto Agrônomico do Norte. RMA, 1939: 23 e ss; RMA, 1941: 245 e RMA, 1943: 192.

mia Rural (SER)²⁴. A criação do CNEPA exemplifica o tipo de tensão intraclasse dominante vigente no âmbito do próprio Ministério da Agricultura após 1930. Transformado na “menina dos olhos” da nova administração, ele fora concebido e implantado para tornar-se um grande polo irradiador do ensino e, sobretudo, da pesquisa científica aplicada à agricultura, implicando obras vultosas realizadas no Km 47 da Rodovia Rio-São Paulo (onde hoje está sediada a Universidade Federal do Rio de Janeiro) (Boletim do Ministério da Agricultura, doravante BMA, mar., 1940: 133). Fundamental é reter que a ele caberia

*Orientar, dirigir e coordenar **todas as pesquisas** que visem a Individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola, bem como aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico e criando, mediante seleção e cruzamento, os tipos das diferentes variedades de plantas cultiváveis, particularmente adaptáveis às diferentes regiões* (CLB, 1938: 328, grifos meus).

Dentro desse espírito, a ele passariam a subordinar-se todas as instituições de pesquisa e experimentação agrícola já existentes e a existir no país, cujas iniciativas autônomas tenderiam a extinguir-se. Sintomaticamente, a primeira diretoria do Centro seria composta por um dos mais expressivos representantes da SRB, José de Mello Moraes, diretor da ESALQ e ex-dirigente do Instituto Agrônômico de Campinas (LOVE, 1980: 327). Não por acaso, verificar-se-ia crescimento expressivo, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, do número de estabelecimentos de experimentação agrícola ligados ao Ministério, que passou de um total de 15 para 36, entre 1938 e 1940, voltados para um leque bem mais vasto de produtos do que no período precedente: além de cereais, algodão e cana em geral, passou-se a contar com Estações Experimentais de café (São Paulo), cítricos (Rio de Janeiro, Distrito Federal, estados do Nordeste em geral), trigo (Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais), vinho (Rio Grande do

²⁴ Ao SER passaram a estar afetas duas atribuições centrais da política agrícola do período: a implantação e o registro de cooperativas agrícolas, bem como a padronização dos produtos agrícolas contando, para ambos os fins, com sucursais regionais espalhadas por todo o país.

Sul, Santa Catarina e Minas Gerais), fumo (Bahia e Maranhão) e fibras têxteis das mais variadas espécies (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Bahia, Sergipe) (RMA, 1940: 58 e ss.).

O CNEPA também englobaria três Laboratórios de Fibras – um central, situado no Maranhão, e dois regionais, sediados no Rio de Janeiro e na Paraíba –, além de uma Estação Experimental de Frio, no Rio Grande do Sul²⁵. Como se percebe, os mecanismos institucionais de subordinação da agricultura à indústria achavam-se em franco andamento, sobretudo considerando-se que os principais beneficiários do aprimoramento da qualidade dos produtos agrícolas seriam as indústrias do estado de São Paulo, que abrigava o maior parque industrial do país. Nesse tocante, os interesses da SRB estariam plenamente contemplados²⁶.

No entanto, a inserção de representantes das entidades de classe paulistas junto a cargos estratégicos do Ministério não implicou a perda do papel político estratégico desempenhado pela Sociedade Nacional de Agricultura junto à Pasta. Prova disto é que, malgrado certas diretrizes da política agrícola do período tenham sido redefinidas a partir dos interesses da grande burguesia paulista – como o redirecionamento da produção diversificada para a exportação, por exemplo – os segmentos agrários articulados pela SNA não poderiam ser delas excluídos, como no caso das Estações Experimentais sediadas em regiões nordestinas e gaúchas, destinadas à pesquisa, aprimoramento e busca de espécies alternativas de fibras têxteis e de oleaginosos²⁷.

Também os polos da colonização estrangeira, como os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não poderiam ser secundarizados na nova reordenação de forças, igualmente articuladas pela

²⁵ O Laboratório Regional do Rio de Janeiro destinava-se, exclusivamente, ao algodão, ao passo que o do Nordeste, além deste produto, pesquisaria uma série de outras espécies de fibras regionais tais como rami, oiticica, caroá etc. RMA, 1939: 322.

²⁶ Os grupos de interesse congregados na nova e ampliada SRB, desde 1931, vinculavam-se não apenas às atividades agrícolas, mas sobretudo às agroindustriais, sendo seus principais diretores, cafeicultores ou cotonicultores e, simultaneamente, industriais do ramo têxtil e de frigorificação, além de banqueiros. Cf. BELOCH & ABREU, 1984.

²⁷ São constantes na documentação ministerial, as menções a acordos comerciais – sobretudo com os Estados Unidos – por cujo intermédio seria contemplada com tarifas preferenciais a importação de óleos e sementes vegetais brasileiros (BMA, out., 1942: 6), englobando desde o de babaçu (BMA, abr., 1943: 98), até a torta de mamona, todos eles de procedência nordestina (BMA, 1944, set.: 57).

Sociedade Nacional de Agricultura. A presença ainda expressiva da SNA junto aos quadros dirigentes ministeriais pode ser aquilatada a partir do Quadro II que demonstra não somente o elevado número de cargos de primeiro escalão ainda ocupados por seus representantes (cerca de 60%) como também um certo padrão de continuidade com relação à Primeira República. É significativo notar o quanto determinados atores “perenizaram-se” junto ao Ministério, embora alternando-se na chefia de seus mais diversos organismos²⁸. Isto sem falar na circulariedade ou acúmulo de funções por parte de determinados quadros da Sociedade junto ao primeiro escalão do MA²⁹. Logo, malgrado absorvendo e contemplando novos grupos de interesse organizados no âmbito da sociedade civil, a reconfiguração de forças interna ao Ministério da Agricultura no pós-1930 constituiu-se em paradigmática do processo de estatização de conflitos típico da reordenação do Estado em casos de capitalismo autoritário como o brasileiro.

Comparando-se ao período anterior, percebe-se que enquanto a continuidade pode ser verificada a partir da manutenção da política de diversificação agrícola tal como definida pela SNA – ainda que aprofundada de modo a contemplar os segmentos agroindustriais paulistas – a inovação achava-se concretizada na implementação de uma política voltada à pesquisa agrícola de ponta, comandada por porta-vozes destes últimos, ainda que sem poder deixar de lado os grupos agrário-agroindustriais organizados pela SNA.

²⁸ Este é o caso do agrônomo fluminense e presidente da SNA durante toda a década de 1930, Arthur Magarinos Torres Filho; de Fábio Luz Filho que, funcionário do Serviço de Fomento Agrícola desde 1924, continuaria ligado à causa cooperativista, ocupando a Diretoria de Propaganda Cooperativista entre 1937 e 1943 ou mesmo Mário Saraiva, agrônomo baiano que chefiara o então Instituto de Química, ocupando agora a direção da Escola Nacional de Química. Outro aspecto relevante é a emergência de “dinastias” da SNA junto à burocracia ministerial, exemplificadas por Álvaro Simões Lopes – filho do ex-ministro gaúcho e ex-presidente da SNA, Ildelfonso Simões Lopes – ou pela família Magarinos Torres – Antônio e Francisco, irmãos de Arthur Torres Filho e, respectivamente, diretor da DIPOV e diretor geral do DNPV.

²⁹ Tal ocorria com Bemvindo Novaes – diretor do Departamento de Ensino e Propaganda entre 1935-36 e diretor da Escola Nacional de Agronomia em igual período; com o agrônomo paraibano Alpheu Domingues – diretor do Serviço Florestal entre 1933-34 e 1941-43 e diretor do Serviço de Plantas Têxteis entre 1935-36 – ou mesmo de Heitor Silveira Grillo – diretor da ENV entre 1933-36 e diretor geral do CNEPA, após o afastamento de Mello Morais.

Conclusão

Comparando-se a atuação do Ministério da Agricultura no decorrer da 1ª República e no período compreendido entre 1930–1945 é possível tecer comentários referentes a três ordens de questões: a política agrícola propriamente dita, a reconfiguração do Estado/ correlação de forças junto ao bloco no poder e, finalmente, os quadros dessa agência da sociedade política.

No tocante aos grandes eixos da política agrícola é possível perceber continuidades significativas entre ambos os contextos destacando-se, sobretudo, a preocupação dos grupos de interesse inseridos junto ao Ministério em preservar suas práticas voltadas à diversificação agrícola para o mercado interno, quer como contratendência à baixa cotação internacional de certos produtos agropecuários exportáveis, quer como instrumento minimizador de *déficits* da Balança Comercial, numa conjuntura mundial adversa como aquela inaugurada pela crise de 1929. Semelhante continuidade seria assegurada mediante a adoção de uma política centralizadora das diretrizes imprimidas à pesquisa agrícola no país, destinada à busca de novas alternativas produtivas, quer no tocante à variedade de produtos, quer no tocante à sua qualidade. Nesse sentido, o Ministério revelou-se importante instrumento de subordinação da agricultura à indústria no Brasil beneficiando, com sua política, setores cuja produção a ela destinava-se, bem como difundindo, através de sua ação propagandística, os “benefícios” da racionalização produtiva através da adoção de máquinas, adubos e demais insumos agropecuários.

Por outro lado, o espectro da diversificação agrícola pretendida chegaria a revelar uma ruptura com a política agrícola do pré-30, haja vista que se estenderia, igualmente, às exportações brasileiras de novos produtos, mormente cítricos, oleaginosos e fibras, além de gêneros de primeira necessidade propriamente ditos. A configuração administrativa da Pasta e suas reformas ao longo do período espelham tal inovação, como se depreende da criação de múltiplas agências ministeriais especificamente voltadas a tal fim. Exemplifica essa nova tendência a imposição da padronização compulsória dos produtos agrícolas, visando seu aprimoramento/valorização junto ao mercado ou a obrigatoriedade do registro, junto ao Ministério, de empresas ligadas à produção exportável, fossem elas agropecuárias ou industriais.

A conjuntura política posterior a 1930 repercutiria diretamente sobre a Pasta da Agricultura, nela inscrevendo seus rumos e características específicos. Dessa forma, uma vez que a nova correlação de forças geraria um duplo processo de centralização política/subordinação de regionalismos e de realinhamento dos grupos políticos da Primeira República junto ao próprio aparelho estatal, o Ministério não esteve inofensivo a ele. Assim, verifica-se em sua própria materialidade uma tendência à nacionalização das decisões de política agrícola a qual, por seu turno, concretizou-se tanto na imposição das diretrizes Ministeriais junto às Secretarias estaduais de agricultura quanto na proliferação de sucursais regionais da Pasta – sistematicamente integradas – junto a todos os estados do país. Isso significa que o Ministério da Agricultura, aprofundando tendências já esboçadas na República Velha, seria também politicamente estratégico na construção do Estado Nacional.

Foi, contudo, no âmbito político, que se observou a maior descontinuidade no tocante à atuação do Ministério da Agricultura com relação ao período anterior. Enquanto na 1ª República a agência constituir-se-ia numa versão “estatizada” da Sociedade Nacional de Agricultura, buscando contrarrestar a hegemonia da grande burguesia paulista, ausente de seus quadros e demandas, agora, o Ministério assumia, mais que antes, o caráter de espaço político de acomodação de conflitos intraclasse dominante, chamando a si representantes de grupos de interesse ou entidades de classe junto a ele, até então, não representados. De uma forma ou de outra, o Ministério da Agricultura contribuiria para a consolidação de uma nova concepção acerca do papel do Estado junto à sociedade em geral e à agricultura em particular, baseada no princípio da extensão de sua presença a um número cada vez mais amplo de domínios do próprio espaço produtivo, configurando uma dinâmica interativa entre Estado e Sociedade no Brasil, cujo fulcro residiria na estatização dos conflitos, bem como na lenta subordinação da agricultura à indústria no país.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. São Paulo: IPEA, 1999.

- ALBUQUERQUE, Rui H. L. *Capital Comercial, indústria têxtil e produção agrícola*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- . *et alii. O Setor Público de Pesquisa Agrícola no Estado de São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, mai., 1985, Relatório de Pesquisa n°. 3:22-5.
- BAER, Werner. *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- BELOCH, Israel & ABREU, Alzira (Coord.). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/Forense, 1984.
- BESKOW, Paulo Roberto. *Vigência e perspectivas do planejamento agrícola na atual estratégia de desenvolvimento nacional: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA, 1990 (Tese Doutorado).
- BERGAMASCO, Sonia Maria (Org); *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. São Paulo/Campinas/Brasília: FEAGRI/UNICAMP/ INCRA, 2003.
- BRASIL. *Coleção de Leis da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930-1945.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Almanak do Povoal*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912, 1921, 1927 e 1930-33.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Almanaque do Povoal*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1933-34, 1943 e 1945.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletim da Escola Nacional de Agronomia - Jubileu Comemorativo de sua Fundação (1913 - 1938)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletim do Ministério da Agricultura (BMA)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930-1945.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Comemorações do centenário do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço Informação Agrícola, 1961.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório de Ministério da Agricultura (RMA)*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1930 - 1945.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CASTRO, Ana Célia. *Estudo da competitividade da indústria brasileira: o caso da indústria de óleos vegetais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária / UFRRJ, 1996.
- . (org.). *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAUSTO, Bóris. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: ——— (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. I, p. 193-248.
- FONSECA, Maria da Graça D & CASTRO, Ana Célia. *O potencial do agribusiness na fronteira*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.

- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira -1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme; GASQUES, J e VILLAVERDE, C. (orgs). *Agricultura e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- LEITE, Sérgio (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2001.
- LEVINE, Robert. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Historia política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.
- LOVE, Joseph. *São Paulo in the Brazilian Federation*. Stanford: University Press, 1980.
- _____. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Universitária, 1978.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Exclusão Social no Brasil Agrário. *À Margem*. Rio de Janeiro, I, 3, nov., 18-32, 1993.
- _____. O Sindicato Rural na 1ª República: as múltiplas leituras de uma noção. *Reforma Agrária*. Campinas, 1: 24, Jan./Abr. 1994, pp.82-93.
- _____. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- _____. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- _____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. *Antítese Marxismo e Cultura Socialista*. Goiânia: 2, p. 11-29, 2006a
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Vício de Leitura, 2007.
- _____. & GIRBAL-BLACHA, Noemí (orgs.). *Cuestiones agrarias en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007a.
- _____. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- _____. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930 – 1961)*. Niterói: Ed. UFF, 2010.
- MUELLER, Charles. *Das oligarquias Agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

- NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Políticas públicas e o agronegócio cacau*. Ilhéus: Editus, 2004.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RAMOS, Carolina Torres de A. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil: uma análise da atuação da Confederação Nacional de Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961 - 1970)*, 2006. Niterói: PPGH/UFF, Dissertação de Mestrado.
- REIS, Elisa P. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo (org.). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.
- SALIBA, Elias Tomé (org.). *As idéias econômicas de Cincinato Braga*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/FCRB, 1983.
- SÃO PAULO (estado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. *Listagem de Formandos*. Piracicaba: Esalq, 1900 - 1933.
- SÃO PAULO (estado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. *Jubileu Comemorativo*. Piracicaba: Esalq, 1970.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SILVA, Hélio. *A Crise do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SILVA, Jose Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981a.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- VILLELLA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889 - 1945)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A produção familiar na agricultura notas preliminares sobre um estudo comparativo*. Belém: PIPSA, 1989.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, 2009 (tese de doutorado)
- WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.